



**ALEXANDRE
DE MORAES**

DIREITO CONSTITUCIONAL

Atualizado até a
EC 128, de 22.12.2022

39^a
edição

Revista,
atualizada
e ampliada



atlas

O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

Fechamento desta edição: 02.02.2023

O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Atlas Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

Capa: Aurélio Corrêa

**CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

M818d

Moraes, Alexandre de

Direito constitucional / Alexandre de Moraes. – 39. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2023.

Inclui bibliografia e índice

"Atualizado até a EC 115, de 10.02.2022"

ISBN 978-65-5977-493-7

1. Direito constitucional – Brasil. I. Título.

23-82205

CDU: 342(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



Sumário

1	DIREITO CONSTITUCIONAL	1
1	Constitucionalismo	1
1.1	Estado Constitucional: Estado de Direito e Estado Democrático.....	2
2	Conceito de Constituição	6
3	Classificação das constituições.....	7
3.1	Quadro geral.....	7
3.2	Quanto ao conteúdo: constituições materiais, ou substanciais, e formais	7
3.3	Quanto à forma: constituições escritas e não escritas	8
3.4	Quanto ao modo de elaboração: constituições dogmáticas e históricas.....	8
3.5	Quanto à origem: constituições promulgadas (democráticas, populares) e outorgadas.....	9
3.6	Quanto à estabilidade: constituições imutáveis, rígidas, flexíveis e semirrígidas	9
3.7	Quanto à sua extensão e finalidade: constituições analíticas (dirigentes) e sintéticas (negativas, garantias)	10
3.8	Constituição Federal de 1988	10
3.9	Outras classificações.....	10
4	Aplicabilidade das normas constitucionais.....	11
4.1	Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada	11
4.2	Normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restringível e relativa complementável ou dependentes de complementação.....	12
4.3	Normas programáticas	13
5	Interpretação das normas constitucionais	13
5.1	Interpretação conforme a Constituição – Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto – A interpretação constitucional e o ativismo judicial (Neoconstitucionalismo e Positivismo) ..	16
6	Preâmbulo constitucional.....	16
7	Fundamentos da República Federativa do Brasil	17

8	Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	20
9	Princípios de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil	22
9.1	Asilo político	22
2	PODER CONSTITUINTE	25
1	Conceito e finalidade.....	25
2	Titularidade do Poder Constituinte.....	25
3	Espécies de Poder Constituinte	26
4	Poder Constituinte originário	26
4.1	Conceito	26
4.2	Formas de expressão do Poder Constituinte originário	26
4.3	Características do Poder Constituinte originário	27
5	Poder Constituinte derivado.....	28
5.1	Conceito e características	28
5.2	Espécies de Poder Constituinte derivado.....	28
3	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	29
1	Origem, desenvolvimento e finalidade. Direitos fundamentais como direitos de defesa	29
1.1	Classificação dos direitos fundamentais	37
2	Natureza jurídica e eficácia das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais	38
2.1	Relatividade e conflito entre direitos e garantias individuais e coletivos ...	42
3	Direitos e garantias individuais.....	43
3.1	Diferenciação entre direitos e garantias individuais.....	43
3.2	Direitos fundamentais e garantias institucionais	44
3.3	Direitos fundamentais – classificação	45
4	Destinatários da proteção – titulares dos direitos e garantias.....	45
5	Direito à vida	46
6	Princípio da igualdade	47
6.1	Princípio da igualdade e limitação de idade em concurso público	50
6.2	Tratamento isonômico entre homens e mulheres (art. 5º, I)	50
6.2.1	Crítérios de admissão para concurso público	52
6.2.2	Crítérios para admissão de emprego.....	52
6.3	Princípio da igualdade em relação homoafetiva e entidade familiar ...	53
6.4	Princípio da igualdade e ações afirmativas	53
6.4.1	Princípio da igualdade e financiamento isonômico às candidaturas de pessoas negras como instrumento de efetividade da plena cidadania e combate à discriminação	54
6.5	Princípio da igualdade e combate ao racismo	56
7	Princípio da legalidade.....	57
7.1	Princípios da legalidade e da reserva legal	58

8	Tratamento constitucional da tortura (art. 5º, III e XLIII)	59
9	Liberdade de expressão. Binômio constitucional: liberdade e responsabilidade	60
9.1	Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, IV e V)	65
10	Liberdade de consciência, crença religiosa, convicção filosófica ou política e escusa de consciência (art. 5º, VI e VIII)	66
10.1	Liberdade religiosa e Estado laico ou leigo	67
10.2	Escusa de consciência e serviço militar obrigatório.....	68
10.3	Limitações ao livre exercício da crença e do culto religioso	69
10.4	Religião e cultura	70
10.5	Assistência religiosa	70
10.6	Ensino religioso de matrícula facultativa.....	71
11	Indenização por dano material, moral ou à imagem	73
11.1	Direito de resposta ou de réplica	74
12	Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX)	75
13	Inviolabilidade à intimidade, vida privada, honra e imagem.....	77
14	Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI)	79
14.1	Questão do dia e da noite	81
14.2	Violação de domicílio por decisão administrativa ou parlamentar. Impossibilidade – cláusula de reserva jurisdicional	82
14.3	Inviolabilidade domiciliar e fisco	83
15	Sigilo de correspondência e de comunicação (art. 5º, XII)	84
15.1	Possibilidade de interceptação telefônica	85
15.2	Lei nº 9.296, de 24-7-1996 – Interceptações telefônicas	87
15.3	Gravação clandestina	92
15.4	Excepcionalidade na utilização dos dados obtidos mediante interceptação telefônica fora das hipóteses restritas de sua decretação: limitação subjetiva (descoberta de novos partícipes), limitações objetivas (“crime-achado” e investigações diversas) e prova emprestada	95
16	Inviolabilidade de dados (art. 5º, X e XII): sigilos bancário e fiscal.....	97
16.1	Inviolabilidade constitucional da privacidade e do sigilo de dados... ..	97
16.2	Características básicas das garantias dos sigilos bancário e fiscal	99
16.3	Possibilidade de quebra do sigilo por parte do Ministério Público	104
16.4	Supremo Tribunal Federal: sigilo/Ministério Público.....	105
16.5	Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados como cláusulas pétreas da Constituição Federal	107
16.6	Comissão Parlamentar de Inquérito e sigilo.....	107
17	Direito de reunião (art. 5º, XVI).....	108
17.1	Desnecessidade de autorização da autoridade pública e interferência da polícia	109
17.2	Tutela do direito de reunião.....	110

18	Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI).....	110
18.1	Finalidade lícita	110
18.2	Caráter paramilitar.....	111
18.3	Vedação de interferência estatal	111
18.4	Conteúdo do direito de associação	111
18.5	Dissolução das associações	112
18.6	Representação dos associados	112
19	Apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo Poder Judiciário (art. 5º, XXXV).....	113
19.1	Inexistência da jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado.....	114
19.2	Acesso ao Judiciário e à justiça desportiva	114
19.3	Inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição	114
20	Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI).....	115
21	Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII)	118
21.1	Justiças especializadas e tribunais de exceção	118
21.2	Tribunais de ética e tribunais de exceção.....	119
22	Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII)	119
22.1	Plenitude de defesa	119
22.2	Sigilo de votações.....	122
22.3	Soberania dos veredictos e possibilidade de apelação.....	122
22.4	Competência constitucional do Tribunal do Júri.....	123
22.5	Constitucionalidade do recurso de apelação, previsto no art. 593, III, d, do Código de Processo Penal, quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos.....	126
23	Extradição (art. 5º, LI e LII)	128
23.1	Hipóteses constitucionais para a extradição	129
23.2	Requisitos infraconstitucionais para a extradição (Lei de Migração – Lei nº 13.445/2017)	131
23.3	Procedimento e decisão	135
23.4	Prisão cautelar por extradição	137
23.5	Atuação do Judiciário na extradição	139
23.6	Extradição, princípio da especialidade e pedido de extensão (extradição supletiva).....	140
23.7	Extradição e expulsão.....	140
23.8	Possibilidade de extradição ou expulsão de pessoa casada com brasileiros ou com filhos brasileiros	143
23.9	Extradição e deportação	144
23.9-A	Extradição e entrega (<i>surrender</i>).....	144
23.10	Expulsão e deportação de brasileiros	145
23.11	Necessidade de comutação da pena de prisão perpétua em pena privativa de liberdade com prazo máximo	145

24	Devido processo legal, contraditório, ampla defesa e celeridade processual (art. 5º, LIV, LV e LXXVIII, e Lei nº 11.419/2006)	146
24.1	Inquérito policial e contraditório	149
24.2	Celeridade processual e informatização do processo judicial (Lei nº 11.419/2006)	149
24.3	Enunciação constitucional dos direitos dos presos	150
24.4	Ampla defesa, direito ao silêncio e o privilégio à não autoincriminação.....	151
25	Provas ilícitas (art. 5º, LVI)	156
25.1	Provas derivadas das provas ilícitas.....	158
25.2	Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos com a finalidade de defesa das liberdades públicas fundamentais (legítima defesa) ...	161
25.3	Princípios da publicidade e moralidade administrativa e provas ilícitas	163
26	Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII)	164
26.1	Execução da pena após decisão de 2ª instância.....	166
27	Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX)	170
28	Prisão civil	171
29	Rol exemplificativo.....	173
30	Direitos fundamentais, tratados internacionais e novos instrumentos de efetivação dos direitos humanos fundamentais	174
31	Conflito entre as fontes dos direitos humanos fundamentais.....	180
4	TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES	183
1	<i>Habeas corpus</i>	183
1.1	Origem.....	183
1.2	Conceito e finalidade	184
1.3	Natureza jurídica.....	187
1.4	Garantia constitucional da liberdade de locomoção.....	187
1.5	Legitimidade ativa.....	189
1.6	Legitimidade passiva	191
1.7	Hipóteses e espécies	191
1.7.1	<i>Habeas corpus</i> preventivo (salvo-conduto).....	191
1.7.2	<i>Habeas corpus</i> liberatório ou repressivo	191
1.7.3	Liminar em <i>habeas corpus</i>	192
1.8	Possibilidade de supressão.....	192
1.9	<i>Habeas corpus</i> e assistente	193
1.10	Excesso de prazo	193
1.11	<i>Habeas corpus</i> impetrado contra coação ilegal atribuída à Turma do Supremo Tribunal Federal	194
1.12	<i>Habeas corpus</i> contra ato único ou colegiado de tribunais regionais federais ou estaduais	194
1.13	<i>Habeas corpus</i> contra ato ilegal imputado a promotor de justiça.....	197

1.14	<i>Habeas corpus</i> contra ato da Turma Recursal nos Juizados Especiais Criminais	197
1.15	<i>Habeas corpus</i> contra ato do juiz especial nos Juizados Especiais Criminais	198
1.16	<i>Habeas corpus</i> e recursos ordinários – concomitância	198
1.17	<i>Habeas corpus</i> – substituição de recurso ordinário constitucional prevista para denegação da ordem – viabilidade	199
1.18	<i>Habeas corpus</i> e punições disciplinares militares	200
1.19	Empate no <i>habeas corpus</i>	201
1.20	Tutela da liberdade de locomoção – <i>habeas corpus</i> – recurso ordinário constitucional STJ	201
2	<i>Habeas data</i>	201
2.1	Conceito	201
2.2	Natureza jurídica.....	202
2.3	Finalidade.....	202
2.4	Cabimento	203
2.5	Legitimação ativa	204
2.6	Legitimação passiva	205
2.7	Procedimento (Lei nº 9.507/97)	206
2.8	Direito ao conhecimento e à retificação	208
2.9	Competência	209
2.10	<i>Habeas data</i> e dados sigilosos	210
3	Mandado de segurança	212
3.1	Conceito e finalidade.....	212
3.2	Espécies	213
3.3	Natureza jurídica.....	213
3.4	Cabimento do mandado de segurança.....	213
3.5	Conceito de direito líquido e certo	216
3.6	Legitimação ativa – impetrante	216
3.7	Legitimação passiva – impetrado	217
3.8	Prazo para impetração do mandado de segurança	219
3.9	Competência	221
3.10	Competência do mandado de segurança contra atos e omissões de tribunais	221
3.11	Mandado de segurança individual e coletivo e liminares	222
3.12	Tutela dos direitos líquidos e certos – mandado de segurança – recurso ordinário constitucional STJ.....	224
4	Mandado de segurança coletivo.....	224
4.1	Conceito	224
4.2	Finalidade.....	225
4.3	Objeto.....	225
4.4	Legitimação ativa e passiva.....	226
4.5	Beneficiários	229
4.6	Mandado de segurança coletivo e individual	230

5	Mandado de injunção (Lei nº 13.300/2016)	230
5.1	Histórico	230
5.2	Conceito	230
5.3	Objeto do mandado de injunção	231
5.4	Requisitos	233
5.5	Legitimidade ativa	233
5.6	Legitimidade passiva	234
5.7	Procedimento	235
5.8	Competência	235
5.9	Decisão e efeitos do mandado de injunção	236
6	Direito de certidão	243
7	Direito de petição	245
7.1	Histórico e conceito	245
7.2	Natureza	245
7.3	Legitimidade ativa e passiva	245
7.4	Finalidade	246
8	Ação popular	246
8.1	Conceito	246
8.2	Finalidade	246
8.3	Requisitos	247
8.4	Objeto	247
8.5	Legitimação ativa	248
8.6	Legitimação passiva	249
8.7	Natureza da decisão	250
8.8	Competência	250
8.9	Sentença e coisa julgada	250
9	Texto integral dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988	251
5	DIREITOS SOCIAIS	257
1	Conceito e abrangência	257
2	Direito à segurança no emprego	258
3	Rol dos direitos sociais	259
3.1	Proteção à maternidade. Direito à segurança no emprego e proteção contra trabalho insalubre	265
4	Liberdade de associação profissional ou sindical	268
4.1	Conceituação	268
4.2	Classificação dos direitos sindicais	268
4.3	Contribuições confederativa e sindical – diferenças e exigibilidade	270
5	Direito de greve	272
6	DIREITO DE NACIONALIDADE	275
1	Conceito	275

2	Definições relacionadas à matéria.....	275
3	Espécies de nacionalidade.....	276
4	Brasileiros natos.....	277
4.1	Critérios de atribuição de nacionalidade originária.....	277
5	Hipóteses de aquisição originária.....	277
5.1	Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.....	278
5.2	Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.....	279
5.3	Nacionalidade potestativa: os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade (EC nº 54/07), pela nacionalidade brasileira.....	279
5.4	Opção.....	280
5.5	Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente (<i>ius sanguinis</i> + registro – EC nº 54/07).....	282
6	Brasileiro naturalizado.....	284
6.1	Espécies de naturalização.....	284
6.1.1	Naturalização tácita ou grande naturalização.....	284
6.1.2	Naturalização expressa.....	285
6.2	Radicação precoce e curso superior.....	288
7	Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado.....	289
7.1	Brasileiro nato e naturalizado – diferenças.....	290
7.2	Cargos.....	290
7.3	Função.....	291
7.4	Extradicação.....	292
7.5	Direito de propriedade/manifestação de pensamento/informação....	292
8	Perda do direito de nacionalidade.....	293
8.1	Ação de cancelamento de naturalização.....	293
8.2	Naturalização voluntária.....	294
8.2.1	Regra constitucional.....	294
8.2.2	Exceções constitucionais.....	295
7	DIREITOS POLÍTICOS.....	297
1	Conceito.....	297
2	Direitos políticos.....	297
3	Núcleo dos direitos políticos – direito de sufrágio.....	298
3.1	Conceituação.....	298
3.2	Classificação.....	299
4	Capacidade eleitoral ativa.....	300

5	Direito de voto	301
5.1	Natureza do voto	301
5.2	Caracteres do voto	301
6	Plebiscito e referendo: exercício do direito de voto	303
7	Elegibilidade	304
7.1	Conceito	304
7.2	Condições	305
8	Direitos políticos negativos	307
8.1	Conceito	307
8.2	Inelegibilidades	308
8.3	Quadro de inelegibilidades	308
8.4	Inelegibilidade absoluta	309
8.5	Inelegibilidade relativa	309
8.5.1	Por motivos funcionais	310
8.5.2	Por motivos de casamento, parentesco ou afinidade	322
8.5.2.1	Inelegibilidade reflexa e renúncia do detentor de mandato executivo	326
8.5.3	Militar	327
8.5.4	Previsões de ordem legal	328
9	Privação dos direitos políticos	330
9.1	Perda	330
9.1.1	Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º)	331
9.1.2	Escusa de consciência	331
9.1.3	Outros casos de perda	332
9.2	Suspensão	333
9.2.1	Incapacidade civil absoluta	333
9.2.2	Condenação criminal com trânsito em julgado enquanto durarem seus efeitos	333
9.2.3	Improbidade administrativa	339
10	Partidos políticos	339
10.1	Princípio da anualidade eleitoral e fim da verticalização	346
11	Língua e símbolos oficiais	348
8	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	351
1	Regras de organização	351
1.1	Adoção da federação	351
1.2	Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo	353
1.3	Capital Federal	353
1.4	União	354
1.5	Estados-membros	355
1.5.1	Autonomia estadual	355

1.5.2	Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e micror-regiões	361
1.6	Municípios	362
1.6.1	Lei orgânica municipal.....	362
1.6.2	Prefeito municipal – responsabilidade criminal e política....	368
1.6.3	Vereadores – imunidade material.....	372
1.7	Distrito Federal	373
1.8	Territórios.....	374
1.9	Formação dos Estados	375
1.9.1	Fusão (incorporação entre si)	377
1.9.2	Subdivisão.....	377
1.9.3	Desmembramento	377
1.10	Formação de municípios.....	377
1.11	Vedações constitucionais de natureza federativa	380
2	Repartição de competências	381
2.1	Conceito	381
2.2	Princípio básico para a distribuição de competências – predominância do interesse.....	382
2.3	Repartição em matéria administrativa	383
2.3.1	Quadro geral	383
2.3.2	Competências administrativas da União	383
2.3.3	Competências administrativas dos Estados-membros	385
2.3.4	Competências administrativas dos municípios.....	385
2.3.5	Competências administrativas do Distrito Federal	386
2.3.6	Competência administrativa comum	386
2.4	Repartição em matéria legislativa	387
2.4.1	Quadro geral de repartição de competência legislativa	387
3	Intervenção.....	400
3.1	Parte geral	400
3.2	Intervenção federal	401
3.2.1	Quadro geral	401
3.2.2	Hipóteses	402
3.2.3	Procedimento de intervenção federal	402
3.3	Intervenção estadual nos municípios	405
9	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	407
1	Conceito	407
2	Princípios constitucionais da administração pública.....	408
2.1	Princípio da legalidade	408
2.2	Princípio da impessoalidade	408
2.3	Princípio da moralidade	409
2.4	Princípio da publicidade.....	411
2.5	Princípio da eficiência	412

2.5.1	Introdução	412
2.5.2	Princípio da eficiência e direito comparado	413
2.5.3	Conceito.....	414
2.5.4	Características do princípio da eficiência.....	416
2.5.5	Aplicabilidade e fiscalização	419
3	Preceitos de observância obrigatória à administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.....	421
3.1	Fixação do teto salarial do funcionalismo.....	427
3.2	Aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros e servidores do Poder Judiciário	430
4	Concurso público	431
5	Direitos sociais dos servidores públicos civis (livre associação sindical e greve)	437
6	Servidor público e data-base – princípio da periodicidade.....	441
7	Cumulação de vencimentos no setor público	442
8	Licitação: interpretação de acordo com a finalidade constitucional.....	447
8.1	Da necessidade da licitação	447
8.2	Das hipóteses excepcionais de ausência de licitação	448
8.3	Da dispensa da licitação	449
8.4	Da inexigibilidade da licitação	449
8.5	Conclusão	449
9	Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos	450
10	Improbidade administrativa	452
10.1	Alterações importantes no combate à improbidade administrativa trazidas pela Lei 14.230/2021	456
11	Ação civil pública por ato de improbidade.....	458
12	Responsabilidade civil objetiva do Poder Público	461
12.1	Responsabilidade civil do Poder Público por danos causados a alunos no recinto de estabelecimento oficial de ensino e em relação aos profissionais de imprensa	464
13	Servidor público e mandato eletivo.....	465
14	Sistema remuneratório do servidor público	465
15	Regra geral de aposentadoria do servidor público civil.....	468
15.1	Regra geral temporária de aposentadoria do servidor público civil da União (“ingresso pós-EC 103/19”)	472
15.2	Primeira regra de transição para a aposentadoria de servidor público federal que tenha ingressado no serviço público até a entrada em vigor da EC nº 103/19	472
15.3	Segunda regra de transição para aposentadoria de servidor público federal que tenha ingressado no serviço público até a entrada em vigor da EC nº 103/19	473
15.4	Aposentadoria especial para os titulares do cargo de professor	474

15.5	Aposentadoria especial para os titulares de cargos ligados à segurança pública e à atividade socioeducativa	475
15.6	Pensão por morte de servidor público	476
15.7	Regime de previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	478
15.8	Servidores públicos e contribuição previdenciária.....	478
15.9	Previdência Social, Emenda Constitucional nº 103/19 e o respeito aos direitos adquiridos	480
16	Estabilidade do servidor público civil.....	482
17	Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	484
18	Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e cargo público civil....	485
18.1	Cargo público civil permanente	485
18.2	Cargo, emprego ou função pública temporária	486
19	Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Direitos Sociais.....	486
20	Emendas Constitucionais nºs 19/98, 41/03 e 47/05, teto salarial e respeito aos direitos adquiridos	487
10	ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO	495
1	Separação das funções estatais – limitação do poder e garantia dos direitos fundamentais.....	495
1.1	Introdução	495
1.2	Funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade.....	496
1.3	Funções estatais: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público.....	499
1.4	Conclusão inicial	500
2	Poder Legislativo.....	501
2.1	Funções.....	501
2.2	Congresso Nacional.....	501
2.3	Câmara dos Deputados.....	505
2.3.1	Suplência e permanência no partido	508
2.4	Senado Federal	508
2.4.1	Suplência e permanência no partido	510
2.5	Função típica – fiscalização. Comissões Parlamentares de Inquérito	512
2.5.1	Limitações constitucionais às Comissões Parlamentares de Inquérito	514
2.6	Tribunal de Contas	523
2.6.1	Conceito, funções e finalidades	523
2.6.2	Tribunal de Contas – escolha pelo Presidente da República (1/3).....	525
2.6.3	Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais	526
2.6.4	Tribunal de Contas e rejeição de contas do Chefe do Poder Executivo	528
2.7	Estatuto dos congressistas	528

2.7.1	Introdução	528
2.7.2	Finalidade democrática	530
2.7.3	Histórico	530
2.7.4	Conceito de imunidades.....	534
2.7.5	Imunidades materiais	534
2.7.6	Imunidade formal – definição histórica	539
2.7.7	Imunidade formal em relação à prisão e à imposição das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.....	540
2.7.8	Imunidade formal em relação ao processo nos crimes praticados após a diplomação	543
2.7.9	Prerrogativa de foro em razão da função	548
2.7.10	Vencimentos dos parlamentares.....	551
2.7.11	Deputados Federais/Senadores da República e Forças Armadas	552
2.7.12	Parlamentar e obrigação de testemunhar	552
2.7.13	Irrenunciabilidade das imunidades	552
2.7.14	Imunidades e parlamentar licenciado para exercício de cargo executivo (Ministro de Estado, Secretário de Estado)	552
2.7.15	Incompatibilidades	553
2.7.16	Perda do mandato	554
2.7.17	Conclusão	560
3	Poder Executivo	563
3.1	Estrutura do Poder Executivo.....	565
3.1.1	Chefe de Estado e Chefe de Governo	565
3.1.2	Modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República	565
3.1.3	Vacância da Presidência da República	569
3.1.4	Atribuições do Presidente da República.....	571
3.1.4.1	Presidente da República e atos de clemência constitucional (graça, indulto e comutação de pena).....	574
3.1.5	Vice-Presidente da República	576
3.1.6	Órgãos auxiliares do Presidente da República. Ministros. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional	578
3.2	Responsabilidade do Presidente da República: prerrogativas e imunidades do Presidente da República	581
3.2.1	Crimes de responsabilidade	581
3.2.2	Crimes comuns.....	594
4	Poder Judiciário.....	600
4.1	Conceito	600
4.2	Quadro de organização estrutural.....	602
4.3	Funções típicas e atípicas.....	603
4.4	Garantias do Poder Judiciário.....	603

4.4.1	Garantias institucionais	605
4.4.2	Garantias aos membros.....	608
4.4.3	Independência do Poder Judiciário e controle externo.....	612
4.4.4	Supremo Tribunal Federal e controle externo do Poder Judiciário	615
4.4.5	Conselho Nacional de Justiça	616
4.5	Organização do Poder Judiciário	639
4.5.1	Fixação de subsídios do Poder Judiciário.....	642
4.5.2	Requisitos para ingresso na carreira da magistratura.....	643
4.5.3	Aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.....	644
4.5.4	Órgão especial dos tribunais – competências e critérios para a composição e eleição.....	645
4.5.5	Vedação constitucional às férias coletivas nos juízos e Tribunais de 2º grau e regulamentação do expediente forense no período natalino e na prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão permanente.....	649
4.6	Escolha dos membros dos Tribunais Superiores.....	650
4.6.1	Supremo Tribunal Federal (art. 101 da CF)	651
4.6.2	Superior Tribunal de Justiça (art. 104 da CF)	652
4.6.3	Tribunal Superior Eleitoral (art. 118 da CF)	654
4.6.4	Tribunal Superior do Trabalho (art. 111-A da CF)	655
4.6.5	Superior Tribunal Militar (art. 123 da CF).....	656
4.7	Distribuição de competências jurisdicionais	657
4.7.1	Supremo Tribunal Federal	657
4.7.2	Superior Tribunal de Justiça	668
4.7.3	Justiça do Trabalho.....	674
4.7.4	Justiça Eleitoral.....	678
4.7.5	Justiça Militar	678
4.7.6	Justiça Federal	679
4.7.7	Justiça Estadual.....	682
4.7.8	Composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: regra do “quinto constitucional”	684
4.8	Quadro de competência para julgamento de autoridades da República (os artigos referem-se à Constituição Federal).....	686
4.9	Recurso extraordinário e repercussão geral das questões constitucionais (Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006) do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 2015 e Lei nº 13.256, de 2016)	692
4.9.1	Recurso extraordinário	692
4.9.2	Requisitos constitucionais para o recurso extraordinário	693
4.9.3	Emenda Constitucional nº 45/04 e repercussão geral	694

4.9.4	Recurso extraordinário e repercussão geral (Lei nº 11.418/2006)	697
4.9.5	Repercussão geral e Regimento do STF	700
4.9.6	Repercussão geral e multiplicidade de recursos extraordinários.....	701
5	Ministério Público	703
5.1	Histórico	703
5.2	Origem e desenvolvimento no Brasil	704
5.3	Posicionamento constitucional	709
5.4	Conceito	710
5.5	Princípios do Ministério Público	711
5.5.1	Unidade	711
5.5.2	Indivisibilidade	712
5.5.3	Princípio da independência ou autonomia funcional	712
5.5.4	Princípio do promotor natural.....	713
5.6	Funções.....	715
5.7	Ministério Público e poder de investigação.....	718
5.8	Ministério Público e legitimidade para defesa do patrimônio público e zelo dos direitos constitucionais do cidadão	721
5.9	Garantias do Ministério Público	723
5.9.1	Garantias da instituição	724
5.9.2	Garantias dos membros	729
5.10	Vedação ao exercício da política partidária	732
5.11	Vedação ao exercício de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério	733
5.12	Da impossibilidade de supressão ou alteração das funções, garantias e prerrogativas constitucionais do Ministério Público	735
5.13	EC nº 45/04 e Conselho Nacional do Ministério Público	740
5.14	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	745
6	Advocacia Pública	747
7	Advocacia	748
7.1	Indispensabilidade do advogado.....	748
7.2	Imunidade do advogado	750
8	Defensoria Pública	751
11	PROCESSO LEGISLATIVO.....	755
1	Conceito	755
2	Noções gerais	757
2.1	Conceitos iniciais	757
2.2	Processos legislativos	758
2.2.1	Classificação em relação às formas de organização política	758
2.2.2	Classificação em relação à sequência das fases procedimentais	758
3	Processo legislativo ordinário	759

3.1	Fase introdutória.....	759
3.1.1	Iniciativa de lei do Poder Judiciário	760
3.1.2	Iniciativa privativa do Presidente da República – art. 61	761
3.1.3	Emenda que aumenta a despesa em projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo ou que desnature o projeto original.....	762
3.1.4	Vício de iniciativa e sanção	763
3.1.5	Iniciativa de lei do Ministério Público.....	764
3.1.6	Iniciativa popular de lei	765
3.1.7	Iniciativa de lei para fixação de subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial).....	766
3.2	Fase constitutiva	767
3.2.1	Deliberação parlamentar	767
3.2.2	Deliberação executiva.....	771
3.3	Fase complementar	774
3.3.1	Promulgação	775
3.3.2	Publicação.....	775
4	Espécies normativas	776
4.1	Emendas constitucionais	776
4.1.1	Quadro geral sobre limitações ao poder reformador	778
4.1.2	Limitações expressas	778
4.1.3	Limitações implícitas	781
4.2	Lei complementar.....	782
4.2.1	Lei complementar e lei ordinária – diferenças.....	782
4.2.2	Processo legislativo especial da lei complementar.....	783
4.2.3	Hierarquia – lei complementar e lei ordinária.....	783
4.3	Medidas provisórias	785
4.3.1	Procedimento da medida provisória – aprovação integral	786
4.3.2	Aprovação da medida provisória pelo Congresso Nacional com alterações.....	790
4.3.3	Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional	791
4.3.4	Rejeição tácita da medida provisória não deliberada no prazo de 60 dias pelo Congresso Nacional	792
4.3.5	Impossibilidade de o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada.....	793
4.3.6	Medida provisória e lei anterior que trate do mesmo assunto	794
4.3.7	Efeitos e disciplina no caso de rejeição da medida provisória.....	794
4.3.8	Medidas provisórias e controle de constitucionalidade	795
4.3.9	Estados-membros e municípios – possibilidade de edição de medidas provisórias.....	798
4.3.10	Medida provisória e decreto-lei.....	800
4.3.11	Limites materiais à edição de medidas provisórias.....	800

4.4	Lei delegada.....	806
4.4.1	Natureza jurídica.....	806
4.4.2	Processo legislativo especial da lei delegada.....	806
4.4.3	O poder do Congresso Nacional de sustar a lei delegada.....	807
4.5	Decreto legislativo.....	808
4.5.1	Conceito.....	808
4.5.2	Processo legislativo especial previsto para a elaboração do decreto legislativo.....	808
4.5.3	Tratados e atos internacionais e incorporação com <i>status</i> ordinário ou constitucional (direitos humanos).....	808
4.6	Resolução.....	812
4.6.1	Conceito.....	812
4.6.2	Espécies.....	813
4.6.3	Processo legislativo especial para a elaboração das resoluções.....	813
4.7	Leis orçamentárias.....	813
4.7.1	Processo legislativo especial para as leis relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais.....	816
4.7.2	Possibilidade de apresentação de emendas aos projetos de leis orçamentárias.....	817
4.7.3	Rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei orçamentária.....	818
12	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	821
1	Ideia central.....	821
2	Conceito.....	823
3	Pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas.....	823
3.1	Requisitos formais.....	823
3.1.1	Subjetivos.....	823
3.1.2	Objetivos.....	824
3.2	Requisitos substanciais ou materiais.....	824
4	O descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo Poder Executivo.....	824
5	Espécies de controle de constitucionalidade.....	825
5.1	Em relação ao momento de realização.....	825
5.2	Controle repressivo em relação ao órgão controlador.....	825
5.2.1	Político.....	825
5.2.2	Judiciário ou jurídico.....	826
5.2.3	Misto.....	826
5.3	Modelos clássicos de controle de constitucionalidade.....	826
5.4	Controle de constitucionalidade no Brasil.....	829
6	Controle preventivo.....	829

6.1	Comissões de constituição e justiça.....	830
6.2	Veto jurídico.....	830
7	Controle repressivo de constitucionalidade.....	830
8	Controle repressivo realizado pelo Poder Legislativo.....	831
8.1	Art. 49, V, da Constituição Federal.....	831
8.2	Art. 62 da Constituição Federal.....	831
9	Controle repressivo realizado pelo Poder Judiciário.....	832
9.1	Difuso ou aberto.....	832
9.1.1	Questão do art. 97 – cláusula de reserva de plenário.....	835
9.1.2	Controle difuso e Senado Federal (art. 52, X, CF).....	836
9.1.3	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle difuso.....	839
9.1.4	Controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública.....	840
9.1.5	Controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo.....	843
9.1.6	Supremo Tribunal Federal e controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo.....	846
9.1.7	Controle difuso no recurso extraordinário e repercussão geral das questões constitucionais.....	847
9.2	Controle concentrado ou via de ação direta.....	847
10	Ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	849
10.1	Competência.....	849
10.2	Objeto.....	849
10.2.1	Conceito de leis e atos normativos.....	850
10.2.2	Impossibilidade do controle de constitucionalidade das normas originárias.....	853
10.2.3	Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal ou estadual em face das Constituições Estaduais.....	853
10.2.4	Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal.....	854
10.2.5	Controle concentrado de lei ou ato normativo distrital em face da Constituição Federal.....	855
10.2.6	Controle concentrado de lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal.....	855
10.2.7	Controle concentrado e respeito à legalidade.....	856
10.2.8	Tratados internacionais e controle de constitucionalidade....	856
10.2.9	Controle de constitucionalidade e decretos.....	859
10.3	Legitimação.....	860
10.3.1	ADIn e pertinência temática.....	860
10.3.2	ADIn e entidades de classe ou confederações sindicais.....	861
10.3.3	Partidos políticos com representação no Congresso Nacional....	862
10.3.4	Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	863
10.4	Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade.....	863
10.5	Pedido de cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade.....	864

10.6	Ação direta de inconstitucionalidade e prazo decadencial	867
10.7	Advogado-Geral da União.....	867
10.8	Procedimento e decisão	869
10.8-A	<i>Amicus curiae</i> e democratização do controle concentrado de constitucionalidade.....	871
10.8-B	Julgamento e decisão	875
10.9	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle concentrado.....	876
10.9-A	Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	878
10.9-B	Efeitos repristinatórios	885
10.9-B.1	Interpretação conforme a Constituição.....	887
10.9-B.2	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto	889
10.9-B.3	A interpretação constitucional e o ativismo judicial	890
10.9-B.4	Reclamações e garantia da eficácia das decisões do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade	892
11	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	894
12	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO)	896
12.1	Finalidade	896
12.2	Objeto.....	896
12.3	Inconstitucionalidade por omissão.....	897
12.3.1	Legitimidade e procedimento.....	898
12.4	Decisão do Supremo Tribunal Federal.....	898
12.5	ADI por omissão (ADO) e medida liminar	899
13	Ação declaratória de constitucionalidade.....	900
13.1	Previsão	900
13.2	Finalidade	901
13.3	Legitimidade.....	901
13.4	Objeto.....	902
13.5	Procedimento e julgamento	903
13.6	Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal.....	907
14	Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	908
14.1	Arguição de descumprimento de preceito fundamental preventiva e repressiva.....	913
14.2	Arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação.....	914
15	Súmulas vinculantes (Lei nº 11.417/2006)	917
13	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	931
1	Estado de defesa e estado de sítio	931
1.1	Quadro comparativo: Estado de defesa e Estado de sítio.....	932
2	Forças Armadas.....	934
3	Segurança pública.....	936

3.1	Vedação absoluta ao exercício do direito de greve aos servidores públicos integrantes das carreiras de segurança pública	941
3.2	Segurança pública e combate à criminalidade organizada	945
14	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	947
1	Dos princípios gerais da atividade econômica	948
2	Intervenção do Estado no domínio econômico	950
2.1	Utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais	951
3	Da política urbana	952
3.1	Competência para estabelecimento de políticas de desenvolvimento urbano	952
3.2	Usucapião constitucional de área urbana	952
4	Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária	952
4.1	Preceitos da política agrícola	952
4.2	Destinação das terras públicas e devolutas	953
4.3	Reforma agrária	954
4.4	Usucapião constitucional de área rural	955
5	Do sistema financeiro nacional	956
5.1	Emenda Constitucional n° 40/03	956
5.2	Regulamentação por leis complementares e revogação da previsão da taxa anual de juros de 12%	956
15	ORDEM SOCIAL	959
1	Seguridade social	959
1.1	Parte geral	959
1.1.1	Conceito	959
1.1.2	Objetivos	961
1.2	Saúde	961
1.2.1	Conceito	961
1.2.2	Diretrizes e preceitos constitucionais relacionados à saúde ...	961
1.2.3	Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde	962
1.2.4	Promoção da saúde pública e combate a endemias	964
1.2.5	Promoção da saúde pública e combate a pandemias	965
1.3	Previdência social	967
1.3.1	Plano de previdência social	967
1.3.2	Regras sobre aposentadoria	969
1.3.3	Regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado filiado ao Regime Geral da Previdência após a entrada em vigor da EC n° 103/19 (“filiados pós-EC n° 103/19”)	970
1.3.4	Primeira regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data da promulgação da EC n° 103/19 (“filiados pré-EC n° 103/19”) – Critérios de tempo de contribuição e somatório da idade e do tempo de contribuição	971

1.3.5	Segunda regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data da promulgação da EC nº 103/19 (“filiados pré-EC nº 103/19”) – Critérios do tempo de contribuição e idade...	972
1.3.6	Terceira regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data da promulgação da EC nº 103/19 (“filiados pré-EC nº 103/19”) – Critérios do tempo de contribuição existente até a entrada em vigor da EC nº 103/19, tempo total de contribuição e período adicional (“pedágio”).....	973
1.3.7	Regra de transição de aposentadoria voluntária ao segurado de que trata o inciso I do § 7º do artigo 201 da Constituição Federal (“filiados pré-EC nº 103/19”)	974
1.3.8	Regra de transição para aposentadoria voluntária para o segurado ou o servidor público federal que tenha se filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor da EC nº 103/19	974
1.3.9	Regime de previdência privada de caráter complementar	975
1.3.10	Pensão por morte concedida a dependente de segurado	975
1.4	Assistência social.....	976
2	Educação, cultura e desporto.....	977
2.1	Educação	977
2.1.1	Conceito.....	977
2.1.2	Princípios constitucionais do ensino.....	978
2.1.3	Objetivos constitucionais da educação (art. 214 da CF)	980
2.1.4	Universidades.....	980
2.1.5	Preceitos constitucionais sobre a educação.....	981
2.1.6	Organização dos sistemas de ensino.....	983
2.1.7	Aplicação obrigatória de recursos à educação.....	984
2.2	Cultura	986
2.3	Desporto	988
2.3.1	Preceitos constitucionais.....	988
2.3.2	Justiça desportiva.....	989
3	Ciência, tecnologia e inovação.....	989
4	Comunicação social.....	990
4.1	Comunicação social e liberdade de informação	992
4.2	Garantia constitucional do sigilo da fonte	993
5	Meio ambiente	994
5.1	Constituição e proteção ao meio ambiente	994
5.2	Regras constitucionais específicas sobre meio ambiente	999
6	Família, criança, adolescente, jovem e idoso	1002
6.1	Conceituação	1002
6.2	Regras de regência das relações familiares.....	1004
6.2.1	Princípio da paternidade responsável e exame do DNA.....	1005
6.3	Tutela das crianças e dos adolescentes	1006

6.4	Tutela aos idosos	1007
6.4.1	Constituição Federal e Estatuto da Pessoa Idosa	1007
6.4.2	Saúde do idoso e cidadania.....	1008
6.4.3	Estatuto da Pessoa Idosa e fiscalização às entidades de atendimento aos idosos	1010
6.4.4	Idoso e transporte público	1010
7	Índios	1012
16	SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	1015
1	Conceito	1015
2	Competências tributárias.....	1017
3	Espécies de tributos.....	1018
3.1	Impostos	1019
3.2	Taxas	1020
3.3	Contribuições de melhoria.....	1022
3.4	Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.....	1023
3.5	Empréstimo compulsório.....	1024
4	Competência residual tributária	1025
5	Imposto extraordinário	1026
6	Divisão dos tributos em espécie pelos entes federativos.....	1027
7	Repartição das receitas tributárias pelos entes federativos	1028
8	Regras constitucionais para repartição das receitas tributárias	1030
9	Limitações do poder de tributar.....	1033
9.1	Princípio da reserva legal tributária ou da legalidade estrita	1034
9.2	Princípio da igualdade tributária	1035
9.3	Princípio da irretroatividade da lei tributária	1035
9.4	Princípio da anterioridade tributária	1036
9.5	Princípio da anterioridade mitigada ou nonagesimal.....	1037
9.6	Princípio da vedação ao confisco.....	1039
9.7	Princípio da ilimitabilidade do tráfego de pessoas ou de bens	1040
9.8	Princípio da capacidade contributiva	1040
9.9	Princípio da razoabilidade	1041
9.10	Princípio da uniformidade	1041
10	Imunidades tributárias e limitações do poder de tributar	1042
11	Isonções tributárias	1046
	BIBLIOGRAFIA.....	1049
	ÍNDICE REMISSIVO	1065